

DECLARAÇÃO - AGROPECUÁRIA COMERCIAL E INFORMAL

Para apresentação à Fundação Renova, nos termos da decisão judicial proferida pela 12ª Vara Federal Cível e Agrária da Seção Judiciária de Minas Gerais nos autos da ação de nº [preencher]

Eu, [nome completo], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador(a) do RG nº [preencher], expedido por [preencher], inscrito(a) no CPF sob o nº [preencher], residente e domiciliado(a) à [preencher], CEP [preencher], na cidade de [preencher]/[sigla estado] (cf. comprovante de residência anexo), **DECLARO** ser vizinho(a) do(a) Sr.(a) [preencher], inscrito(a) no CPF sob o nº [preencher], possuidor [escolher entre: do imóvel/da área rural] à [endereço], CEP [preencher], a(o) qual é [explicar relação de vizinhança das propriedades do declarante e do atingido].

Declaro ter ciência de que, antes de novembro de 2015, o(a) Sr.(a) [preencher] plantava e/ou colhia, para fins comerciais, [discorrer sobre modo da atividade: o que plantava/colhia? Frequência? Etc.] por [escolher entre: dia/mês/volume], na referida propriedade, vez que vendia a sua produção [discorrer sobre modo da atividade comercial: onde vendia? Frequência? Etc.].

Declaro que tenho ciência desses fatos em razão de [explicar como o Declarante tem conhecimento das informações declaradas, por exemplo: laços familiares, relação de amizade, relação de vizinhança, etc.].

Declaro que não tenho interesse na solução da causa ou amizade íntima com o(a) Sr.(a) [preencher], que sou plenamente capaz e que não sou cônjuge, companheiro(a), ascendente ou descendente, em qualquer grau, do(a) Sr.(a) [preencher], que tampouco sou seu(sua) parente colateral, até o terceiro grau (por consanguinidade ou afinidade) nem sou seu(sua) representante legal, assistente, tutor ou curador.

Por fim, declaro (a) ter ciência dos conceitos de vizinhança definido pela legislação civil brasileira, conforme artigos do Capítulo V do Código Civil; (b) ter ciência de que constitui crime com pena de um a cinco anos de prisão, omitir em documento público ou particular, declaração que dele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir

declaração falsa, com o fim de criar obrigação ou alterar a verdade sobre fatos relevantes, a fim de obter vantagem ilícita mediante fraude, induzindo ou mantendo alguém em erro, conforme artigos 171 e 299 do Código Penal, me responsabilizando integralmente, inclusive perante terceiros, pela veracidade de todo o conteúdo e informações prestadas para subsidiar a celebração deste acordo, e (c) ter recebido todo o suporte jurídico necessário para assinatura da presente declaração.

Por ser verdade, firmo a presente declaração, firmando-a de boa-fé, ciente de seus termos e de seus efeitos.

[cidade]/[sigla estado], _____ de _____ de 2020.

Declarante: _____